

BASTA DE SUBMISSÃO À UNIÃO EUROPEIA E AO EURO



Defender o interesse nacional

Valorizamos os passos dados na devolução de direitos e na reposição de salários e rendimentos.

Mas é preciso ir mais longe.

É preciso dizer Basta! às imposições e chantagens da União Europeia e do Euro, que PSD e o CDS pretendem prolongar e intensificar.



Portugal e o povo português têm direito a uma vida melhor. Têm direito a recusar o caminho de exploração, empobrecimento e retrocesso social que as instituições da União Europeia querem impor com o Tratado Orçamental, o programa de estabilidade ou as metas do défice.

Só há dois caminhos: afirmar os direitos e interesses dos trabalhadores e do povo, ou aceitar a agenda de retrocesso e pobreza que o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia tentam impor a Portugal.

O caminho de progresso, justiça, desenvolvimento e elevação das condições de vida do povo exige a ruptura com a submissão ao Euro e à União Europeia, a ruptura com os interesses do capital monopolista.

Com a luta e a iniciativa do PCP Defender, repor e conquistar direitos, salários e rendimentos

Com a luta dos trabalhadores e do povo e o voto em 4 de Outubro, foi possível derrotar o PSD e o CDS e o seu projecto de intensificar a exploração, o empobrecimento e a submissão do País.

Com a iniciativa decisiva do PCP, abriu-se uma nova fase na vida política do País, com as limitações inerentes a um governo PS, mas também com as possibilidades que o contributo do PCP criou para dar resposta aos problemas e aspirações mais imediatas.



Foi possível dar passos no sentido da inversão do rumo de roubo de direitos e remunerações imposto por PSD e CDS. São avanços que, embora limitados, têm importância e significado.

- Eliminação dos cortes salariais na Administração Pública.
- Eliminação da sobretaxa do IRS sobre os trabalhadores em geral.
- Devolução dos 4 feriados roubados.
- Aumento do salário mínimo nacional.
- Aumento do abono de família.
- Aumento do complemento solidário do idoso e do rendimento de inserção social.
- Redução do IVA na restauração.
- Redução de taxas moderadoras.

Por proposta do PCP

o Orçamento de Estado para 2016 consagrou ainda, entre outras, as seguintes matérias:

- Manuais escolares gratuitos para o 1º ano de escolaridade já a partir de Setembro.
- Apoio extraordinário aos desempregados de longa duração.
- Redução da taxa máxima do IMI, desagravando o seu valor em 10%.
- Interdição do aumento da taxa máxima e mínima das propinas.

Política patriótica e de esquerda
Mais força ao  PCP

É necessário ir mais longe



Sem desvalorizar o que foi alcançado, a situação a que chegou o país e as condições de vida dos trabalhadores exigem outras medidas.

Foi por isso que o PCP propôs:

- aumento extraordinário de 10 euros nas pensões de reforma;
- fim das restrições a direitos e remunerações dos trabalhadores da Administração Pública (descongelamento de carreiras, do valor do trabalho extraordinário e do subsídio de refeição);
- reforço do apoio à criação cultural e ao património;
- eliminação progressiva do Pagamento Especial por Conta, que as micro, pequenas e médias empresas adiantam ao fisco.

Medidas que foram rejeitadas pelo PS.

Medidas possíveis de concretizar com as propostas do PCP para tributar o capital monopolista e enfrentar decididamente as imposições da União Europeia e o garrote da dívida.

O dinheiro enterrado no BANIF permitiria corresponder a estas aspirações e direitos.

Um compromisso inabalável com os trabalhadores e o povo

Recuperar e materializar a justiça social, valorizar o trabalho e os trabalhadores, os direitos sociais universais, à saúde, à educação, à segurança social e à cultura, atacar o desemprego e a precariedade, os baixos salários, as reformas de miséria e os altos níveis de pobreza – são estes os compromissos do PCP, que nesse sentido continuará a intervir na Assembleia da República e fora dela.

- Criação de um Plano Nacional de Combate à Precariedade Laboral.
- Combate à desregulação do horário de trabalho.
- Reposição do princípio do tratamento mais favorável do trabalhador e eliminação da caducidade dos contratos colectivos de trabalho.
- Consagração das 35 horas como duração semanal de trabalho para todos os trabalhadores.
- Subida do salário mínimo nacional para os 600 euros.
- Aumento extraordinário das pensões de reforma.

É tempo de afirmar a política patriótica e de esquerda



Mais Produção

Só produzindo mais se pode dever menos. Basta de imposições que liquidam a nossa produção, põem em causa a soberania alimentar, incentivam o abandono da agricultura, das pescas e da indústria.

Mais produção significa mais emprego, mais desenvolvimento, mais riqueza, menos dependência.



Renegociar a Dívida

Portugal é asfixiado por uma dívida insustentável, em grande parte ilegítima, imposta pela União Europeia e o FMI, e que consome recursos necessários ao desenvolvimento e à prestação de funções sociais. **É preciso renegociar a dívida, nos seus prazos, juros e montantes, e libertar o país de um encargo anual com juros superior a 8 mil milhões de Euros (mais do que se gasta com o Serviço Nacional de Saúde) e que só acrescenta dívida à dívida.**



Aumentar o investimento público

Só com mais investimento é possível pôr o País a crescer economicamente, aumentar a produção, o emprego e a qualidade de vida. Portugal não pode aceitar a política da União Europeia, que subordina o investimento ao objectivo de redução brutal do orçamento e que nos empurra para uma crescente dependência.



Controlo público da Banca



A banca ou é pública ou não é nacional. Os trabalhadores e o povo não podem continuar a pagar os desmandos da banca privada e a verem transferido para o estrangeiro um instrumento essencial ao desenvolvimento. **Portugal precisa de uma banca ao serviço da economia nacional, que apoie o investimento, as famílias e as pequenas e médias empresas.**



Retomar o controlo de empresas e sectores estratégicos

O processo de privatizações, que os sucessivos governos e a União Europeia têm promovido, transferiu para mãos privadas e estrangeiras o controlo de sectores estratégicos, como a energia, as comunicações, os transportes, a construção naval, ou a indústria. **Retomar o controlo público destas empresas é uma condição de soberania e de desenvolvimento nacional.**



Uma nova política fiscal

É preciso mais justiça fiscal, desagravando a carga fiscal sobre os trabalhadores e o povo, fazendo pagar impostos ao grande capital, aos seus lucros e dividendos. Há muito dinheiro de impostos para ir buscar – não aos mesmos de sempre, mas sim àqueles que, escondidos nos off-shores, ou acolhidos em paraísos fiscais, desviam milhares de milhões de euros da riqueza nacional.



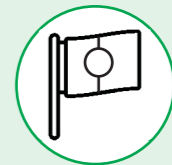
Direito à saúde, à educação, à protecção social

Há que efectivar o direito constitucional às funções sociais do Estado e aos serviços públicos, na saúde, na educação, na segurança social, na cultura, na habitação, nos transportes, recusando a pressão da política de direita e das orientações da União Europeia para, em nome da redução da despesa, negar ou comprometer estes direitos.



Trabalho com direitos

Basta de procurar na exploração, na precariedade e nos baixos salários os factores de “competitividade” económica. Assegurar e valorizar o trabalho e os direitos dos trabalhadores, aumentar os salários, reformas, pensões e prestações sociais é condição essencial para a dinamização económica e para a dignificação dos trabalhadores e do povo.



Soberania nacional

A realidade evidencia que uma efectiva resposta aos problemas do País é contrariada pelo sufoco da dívida pública e pela banca privada, que delapidam milhares de milhões de euros de recursos públicos, pelos constrangimentos e chantagens do Euro e da União Europeia. **É urgente uma política que garanta a soberania nacional e liberte o País do domínio do capital monopolista e da submissão ao Euro, à União Europeia e a outros constrangimentos externos.**

É cada vez mais urgente uma ruptura com a política de direita e uma política patriótica e de esquerda para Portugal!

O PCP bate-se por esta política e apela aos trabalhadores e ao povo, aos democratas e patriotas, que lutem pela sua concretização!

O Programa Nacional de Reformas e o Programa de Estabilidade são imposições da União Europeia

O Programa Nacional de Reformas e o Programa de Estabilidade são dois instrumentos que a União Europeia impõe aos Estados-membros, para assegurar que o rumo de negação de direitos, aumento de exploração, empobrecimento e dependência se perpetue.

A afirmação do direito ao desenvolvimento soberano de Portugal exige a rejeição dessas imposições e a opção por uma política que assegure o crescimento económico e os direitos sociais dos trabalhadores e do povo.

No combate a essas imposições podem sempre contar com o PCP!



A BANCA OU É PÚBLICA OU NÃO É NACIONAL

A privatização da banca, que foi apresentada como modernização do País, constituiu uma das maiores transferências de dinheiro público para os privados.

A banca privada não financiou a economia, lesou o Estado com os "auxílios" que recebeu e com a perda de receitas fiscais, aumentou o défice e a dívida e agravou a situação financeira do País.

A banca privada acumulou milhares de milhões de euros de lucros privados. Mas, o Estado, entre 2008 e 2014, gastou 19,5 mil milhões de euros (11,3% do PIB), para salvar a especulação, a que se somam agora os 3 mil milhões da operação BANIF.

Uma sucessão de escândalos

A banca privada atascou-se numa sucessão de escândalos – corrupção, ilegalidades, tráfico de influências, práticas dolosas deploráveis, saque de capitais, negócios escuros. Os bancos privados estão cada vez menos virados para a economia e cada vez mais transformados em lavandarias para a evasão fiscal e o branqueamento de capitais. A especulação delapida a utilidade social das poupanças dos portugueses.



Como previu o PCP

com a integração de Portugal na então CEE, a privatização das instituições financeiras conduziu ao domínio pelos megabancos europeus. Os bancos privatizados foram limpos de activos tóxicos e recapitalizados com fundos públicos, como aconteceu na entrega do Banif ao Santander.



Lutar pelo controlo público da banca

Para o PCP, o problema não é o país de origem dos grupos estrangeiros, mas sim que sucessivos governos aceitem como inevitável a alienação da soberania nacional, transferindo o comando do sistema financeiro para outros países.

As falências do BPN, BPP, BES e BANIF e a sua entrega a grupos privados estrangeiros confirmam que **a banca ou é pública ou não é nacional.**

A banca pública é a única possibilidade para garantir o interesse nacional.

O PCP defende a recuperação do controlo público da banca comercial e outras instituições financeiras, pela aquisição vantajosa ou a nacionalização, como defendemos para o Novo Banco, para retomar o controlo democrático do sistema financeiro e apoiar o desenvolvimento do País.



Este ano a 40ª edição da Festa do Avante! será maior, incorporando a Quinta do Cabo, recentemente adquirida, e ainda melhor para todos os que a visitam.

A EP (Entrada Permanente) dá acesso aos 3 dias da Festa e a todo o seu programa cultural. A aquisição da EP, desde já, é uma expressão de solidariedade com a sua realização.

A Festa de 2016 terá um amplo programa de espectáculos, em mais de 10 palcos.

Na abertura haverá um grande espectáculo de música clássica ao ar livre. Pela Festa vão passar centenas de artistas de Blues, Jazz, Rock, Hip Hop, Fado, Cante Alentejano, música tradicional e outros.

Mas a Festa do Avante! é muito mais.

É Teatro, Cinema, Artes Plásticas, Desporto, Ciência, Exposições, Gastronomia, Animação de Rua, Artesanato, Debates, Espaço Criança, Festa do Livro e do Disco, Espaço Internacional.

Todo um universo a descobrir em 3 dias de alegria, convívio e solidariedade.

festa do Avante!
2, 3, 4 Set. 2016
ATALAIA, AMORA, SEIXAL

**Compra já a tua EP
€ 23 e poupa € 12**

EP - Título de Solidariedade € 35 em 2, 3 e 4 de Setembro.
À venda nos Centros de Trabalho do PCP,
na Ticketline e nos locais habituais

Tudo sobre a Festa em www.pcp.pt
e no Avante! 5.ª feira nas bancas

**Mais Espaço, Mais Festa!
NÃO HÁ FESTA COMO ESTA!**



Ficha para contacto

Se pretende aderir ou colaborar com o PCP preencha os seguintes dados que nos permitirão contactar consigo.

NOME _____

MORADA _____

CÓDIGO POSTAL _____

TELEF _____ E-mail _____

Recorte e envie para: Partido Comunista Português – Rua Soeiro Pereira Gomes 3, 1600-196 Lisboa

WWW.PCP.PT
DEI/PCP 2016